

Gil Vicente Vaz Oliveira
Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

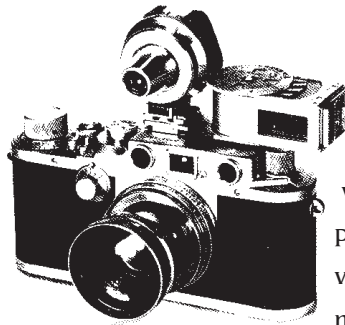
Fotojornalismo Subversivo

1968 revisto pelas
lentes do *Correio da Manhã*

PREÂMBULO

No dia 25 de julho de 1968, bem cedo, o repórter fotográfico Rubens Seixas deixou a redação do *Correio da Manhã* e rumou, como fazia quase diariamente naqueles tempos, para o *campus* da então Universidade do Brasil, situada à praia Vermelha. Lá, encontrou-se com lideranças estudantis que lhe informaram que haveria, em instantes, um ato-relâmpago contra o governo na sede do Ministério do Trabalho, no centro do Rio de Janeiro.¹

De fato, naquela manhã, cerca de vinte estudantes ocuparam o saguão do ministério, proferiram discursos de apoio aos



movimentos sindical e estudantil — havia uma greve operária em Osasco — e picharam paredes com palavras de ordem contra o regime militar, retirando-se tão rapidamente quanto tinham entrado. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* foi o único jornal brasileiro a noticiar este ato-relâmpago, com cinco fotografias de Rubens Seixas publicadas em uma página gráfica. Esta cobertura é um exemplo significativo do papel que o *Correio da Manhã* exerceu no combate ostensivo ao regime militar instaurado em 1964, e da importância fundamental de seu fotojornalismo na construção de um vigoroso discurso oposicionista.

RUMO À OPOSIÇÃO

Fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, o *Correio da Manhã* caracterizou-se, desde o início, por uma assumida veia opinativa e uma relação quase sempre conflituosa com o governo federal. Criticou, desde o princípio e em certos momentos, de diversas formas, os governos de Campos Sales, Artur Bernardes, Washington Luís, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, dentre outros.²

No período que precedeu à queda de Jango, o *Correio da Manhã* fez coro com a quase totalidade da grande imprensa nacional, e exigiu, em dois famosos editoriais publicados nos dias 31 de março e 1º de abril, a renúncia do presidente da República. Mas ao contrário de outros periódicos e coerente com a tradição de seu discurso pela defesa da legalidade constitucional, o *Correio da Manhã* preconizava que Jango deveria ser substituído tão somente por seu sucessor legal que, por sua vez, teria de comprometer-se, tão logo fosse possível, com a convocação de eleições diretas para a presidência da República. Não tardou muito para o jornal demonstrar sua decepção com o novo regime. Os primeiros sinais vieram de forma irônica e contundente nas crônicas que Carlos Heitor Cony escreveu em sua coluna "Da arte de falar mal", a partir do dia 7 de abril. Logo após, foi a vez de Márcio Moreira Alves denunciar o caráter arbitrário do recém-editado Ato Institucional nº 1, em um artigo publica-

do no dia dez do mesmo mês.

Uma conjuntura interna bastante peculiar permitiu que a posição destes dois editorialistas, assumida logo após por outros jornalistas como Oto Maria Carpeaux e Edmundo Muniz, sensibilizasse a direção do jornal, sobretudo na figura de sua diretora-presidente Niomar Muniz Sodré Bittencourt, e conduzisse o *Correio da Manhã*, de maneira tão rápida e incisiva, a um caminho sem volta para a mais aberta e direta oposição ao regime militar.³

Ao mesmo tempo, por iniciativa da própria Niomar, o *Correio da Manhã* passou a investir seriamente no seu fotojornalismo, desenvolvendo uma experiência profissional até então inédita na grande imprensa diária brasileira. O primeiro passo nesse sentido foi a contratação, em fins de abril de 1964, de Erno Schneider, fotógrafo que havia ganho, três anos antes, no *Jornal do Brasil*, o Prêmio Esso com a famosa fotografia que mostrava Jânio Quadros com os pés virados para dentro durante a solenidade de inauguração de uma ponte em Uruguaiana. Erno assumiu o cargo, inédito no jornal, de editor de fotografia, e recebeu poderes para contratar novos fotógrafos e modernizar as instalações e os equipamentos utilizados pela equipe fotográfica. No ano seguinte contratou um laboratorista-fotógrafo, profissional até então inexistente no *Correio da Manhã*.⁴

Paralelamente à melhoria das condições materiais de trabalho, outras transforma-

ções importantes ocorreram em seu fotojornalismo. O espaço de atuação dos fotógrafos foi bastante ampliado, e eles passaram a ser requisitados não apenas para cumprir uma pauta, acompanhando um repórter, mas também para intervir e até mesmo propor e realizar suas próprias matérias, através de ensaios fotográficos que se tornaram bastante comuns a partir de 1964. Muitas vezes, durante a cobertura de determinada pauta, o fotógrafo percebia uma situação que poderia render um bom ensaio e a liberdade de criação e expressão que lhe era atribuída pela redação o incentivava a dar o melhor de si. Estes ensaios fotográficos, livres ou encomendados, eram quase sempre aproveitados, em geral na primeira página do segundo caderno, onde a palavra era constantemente acessória e escrita por um repórter inspirado nas fotografias.⁵

Vale a pena lembrar que, no Brasil de 1968, apenas os fotógrafos das grandes revistas ilustradas como *O Cruzeiro* e *Manchete* tinham o devido reconhecimento profissional dentro e fora das redações. Estrelas do fotojornalismo, como José Medeiros e Jean Manzon participavam da seleção, tratamento e apresentação do material que produziam, e eram exceções num meio onde os fotógrafos eram sempre vistos como subalternos ao repórteres responsáveis pelos textos.⁶

Assim, além da liberdade para criar, os fotógrafos do *Correio da Manhã*, ao contrário dos demais da grande imprensa

diária brasileira, passaram também a intervir, direta ou indiretamente no processo de seleção e tratamento do material que produziam. Ao trazer os rolos de filmes usados, os próprios fotógrafos ou Luís Vilhena, o laboratorista, os revelavam, e com Erno faziam uma seleção, ampliando e escolhendo o enquadramento mais apropriado às melhores fotografias. Quando Vilhena intervinha no processo criativo, o que o tornava seu co-autor, descobria nas imagens detalhes interessantes, ampliando-as e enquadrando-as de forma original, criando novas fotos.⁷

Ao final do expediente, Erno dirigia-se à redação para, juntamente com o chefe de reportagem e o secretário — braço direito do editor-chefe e responsável pela coordenação das diversas editorias — escolher as melhores fotografias, determinar seu tamanho, formato e as páginas onde seriam impressas. O editor-chefe só intervinha, eventualmente, na escolha das fotografias da primeira página. Nilo Dante, secretário do *Correio da Manhã* entre 1965 e 1967, Peri Cota, chefe de reportagem entre 1966 e 1968, e vários fotógrafos, testemunharam que, muitas vezes, Erno Schneider trazia determinada fotografia, colocava-a na grande mesa do secretário e indicava a que seria a principal foto da primeira página.

Erno buscou também desenvolver com sua equipe uma estética fotográfica própria do jornal. Sem reprimir iniciativas e criações de seus subordinados, criou uma

estética fotojornalística até certo ponto afinada às idéias de Henri Cartier-Bresson, que privilegiava a fotografia espontânea, sem poses, preparações prévias ou qualquer outra intervenção do fotógrafo. Valorizava as composições inovadoras, com enquadramentos inusitados. Evitava ao máximo o uso de flash, buscando usar a luz ambiente, fosse ela natural ou artificial. A oposição entre luz e contraluz era bastante freqüente, sobretudo na composição de silhuetas, humanas ou não. Mas, acima de tudo, buscava-se estimular a criatividade para se produzir um fotojornalismo não apenas informativo, mas também opinativo, que evitasse a função meramente ilustrativa de uma fotografia, a qual apenas mostra o que já está escrito no texto que a acompanha.⁸

Transformações importantes também se operavam nas relações externas do jornal. Ao situar-se, solitariamente, na oposição ao governo militar em 1964, o *Correio da Manhã* estreitou cada vez mais suas relações com os movimentos civis de resistência. Em 1968, o jornal era considerado o único porta-voz, na grande imprensa, das vozes de oposição e que publicava denúncias contra as arbitrariedades do regime. Nilo Dante frisou bem esta característica ao descrever a radical mudança do perfil do leitor do jornal que, até 1964, se identificava com um periódico conservador e liberal, adepto do capitalismo internacional e defensor da legalidade e da livre iniciativa. Em 1968, o *Correio da Manhã* era visto como um jor-

nal que tinha afinidades com a União Nacional dos Estudantes - UNE, defensor do direito de expressão das esquerdas democráticas, do nacionalismo e do descumprimento da legislação autoritária do regime.

O ANO EMBLEMÁTICO

Ao iniciar-se o ano de 1968, a equipe fotográfica do *Correio da Manhã* estava no auge de seu desempenho profissional e perfeitamente articulada com os demais setores do jornal. A relação dos fotógrafos com o movimento estudantil, que já era bem intensa desde as passeatas de 1966, quando o jornal foi o único a apoiar suas manifestações, estreitou-se ao longo do ano, como bem ilustra o episódio narrado no início deste artigo.

Mas não só apenas de imagens que registravam protestos estudantis e denunciavam o arbítrio do regime estruturou-se o discurso oposicionista do fotojornalismo do *Correio da Manhã*. Nas fotografias publicadas, havia ironia e sarcasmo, nem sempre sutis, nas quais se destilava uma crítica mordaz ao governo militar. Exemplo disso é a cobertura do início do ano letivo, em 11 de março, e a da aula inaugural proferida por Costa e Silva para os estagiários da Escola Superior de Guerra - ESG, onde tratou das conquistas alcançadas em um ano de seu governo. Era uma cerimônia importante, para a qual foi convocado todo o seu ministério, com uma ampla cobertura de

todos os grandes jornais. O *Correio da Manhã* publicou na primeira página da edição do dia seguinte uma grande foto-

grafia, onde Costa e Silva aparecia apenas do pescoço para cima, no canto da imagem, e levando um lenço à frente su-



22 de junho de 1968.

ada de um rosto cansado. Esta fotografia, pouco adequada para retratar o chefe da nação, tinha um sugestivo título: 'Evidente esforço'. A legenda não era tão esclarecedora: "O presidente Costa e Silva defendeu o governo, ao dizer que a administração federal está atingindo a maioria de seus objetivos."

Para manifestar sua ironia contra o marechal, os fotógrafos ainda contavam com a ajuda preciosa dos copidesques, que normalmente faziam os títulos e as legendas das fotografias, buscando inspiração no que a imagem tinha de pitoresco ou chamativo. É interessante observar que, neste período, os títulos e legendas das fotografias do *Correio da Manhã* quase nunca procuravam apenas descrever o que estava explícito. Buscavam antes sinalizar, indicar uma possível leitura condizente com o espírito da imagem, mas nem sempre semelhante ao texto que, junto com a fotografia, formava a matéria. O texto não poderia ser confundido com um editorial e deveria seguir os preceitos de objetividade e clareza, sem dar maiores indicações sobre o que informava. Nesse sentido, as fotografias, os títulos e as legendas que as acompanhavam podiam ser mais parciais, e com mais desenvoltura, fazer jus à tradicional imagem do *Correio da Manhã* como um jornal opinativo.¹¹

Além do ano letivo da ESG, a aula magna de Costa e Silva inaugurou um período de agitações, turbulências e contestações jamais visto na história recente brasilei-

ra. A equipe fotográfica do *Correio da Manhã* participou ativamente no registro e publicação de todos os fatos que fizeram de 1968 o emblema de uma época. Durante o mês de março, muitos protestos e reivindicações ocuparam as ruas do Rio de Janeiro: atores de teatro e cinema protestando contra a censura, jornalistas reclamando do arrocho salarial, estudantes excedentes pleiteando vagas. A insatisfação contida e acumulada dos vários segmentos da sociedade civil, durante o primeiro ano do governo Costa e Silva parecia estar encontrando no protesto público e na ação coletiva as suas formas mais eficazes de materialização. O endurecimento político gradual e progressivo não permitia outras opções. Nesse contexto houve o assassinato no centro do Rio de Janeiro, pela polícia militar, do estudante paraense Edson Luís de Lima Souto. A comoção nacional e o impacto político devastador causados pela morte desse estudante são fenômenos até hoje pouco analisados. Foi a gota d'água, o estopim, a palavra de ordem que faltava para detonar um processo reivindicatório e questionador que não se limitou apenas a grupos politicamente organizados, sensibilizando e envolvendo, pela primeira vez desde o golpe militar, parcela significativa da classe média e amplos setores das camadas populares.

No dia seguinte ao assassinato, o *Correio da Manhã*, sob a manchete 'Polícia militar mata estudante', estampa uma grande fotografia do corpo de Edson sendo velado na Assembléia Legislativa. Embaixo

dessa, outra fotografia mostrava um veículo de transporte de tropas de choque repleto de soldados da polícia militar, estacionado em frente ao cinema Pathé, em cujo letreiro se exibia um sugestivo título de filme: 'À queima-roupa'.

Mas nem só de política vivia o fotojornalismo do *Correio da Manhã*. Neste mesmo dia, na primeira página do segundo caderno, inaugurava-se uma seção de ensaios fotográficos que seria publicada todas as sextas-feiras: 'O Rio que você não vê e não se percebe'. Nesta seção, junto com os créditos do fotógrafo, que acompanhavam quase todas as fotografias, eram publicados ensaios fotográficos que versavam sempre sobre algum aspecto pitoresco da cidade, como as igrejas, os bancos das praças, os vendedores ambulantes etc. Não se tem notícia de nenhum outro grande jornal diário brasileiro que tenha seguido, naquele período, esta linha editorial fotojornalística.

As missas de sétimo dia pela morte de Edson Luís, realizadas na igreja da Candelária e reprimidas violentamente pela PM e o Exército, também tiveram ampla cobertura do *Correio da Manhã*. O jornal convocou a sua equipe de fotógrafos, que se posicionou por toda a região, dentro e fora da igreja, nas ruas próximas e no alto dos edifícios, onde agentes da Delegacia de Organização Política e Social - DOPS, portando binóculos e máquinas fotográficas munidas de poderosas objetivas, podiam ser confundidos

com outros fotógrafos de imprensa.

A edição de 5 de abril, dia seguinte às missas, publicou 41 fotografias sobre o fato, em várias páginas que fizeram o primeiro caderno aumentar de tamanho. É interessante observar que duas outras notícias importantes tiveram apenas uma pequena chamada na primeira página — a morte de Assis Chateaubriand e o assassinato de Martin Luther King. Já na página dois, anunciava-se que, no dia anterior, a polícia militar havia percorrido todos os principais pontos de concentração de transeuntes no Rio de Janeiro, sobretudo do centro da cidade, obrigando os jornalistas a retirar todos os exemplares expostos no lado de fora de suas bancas de jornal. Temiam que notícias e fotografias dos distúrbios dos dias anteriores pudessem incentivar a participação dos leitores de ocasião.

A edição do *Jornal do Brasil* do mesmo dia mostra igualmente uma grande cobertura das missas da Candelária, num total de 29 fotografias. Dentre elas figurava uma em especial — a que mostrava, com detalhes, o fotógrafo Alberto Jacó, do próprio *Jornal do Brasil*, sendo espancado por policiais militares. Feita por Alberto França, do *Correio da Manhã*, os direitos de publicação desta fotografia foram cedidos ao *Jornal do Brasil*. Neste e em outros jornais a repercussão da repressão policial foi muito grande, e mesmo a imprensa mais ferrenhamente governista não conseguia justificar tamanha violência. Diante da indignação geral, o gover-

no respondia com mais repressão.

O mês de maio correu em compasso de espera. Impressionados pelas manifestações que agitavam toda a Europa, mas sobretudo a França, o movimento estudantil brasileiro discutia estratégias de mobilização e luta. Ainda assim, em Belo Horizonte, ocorreram manifestações que levaram à invasão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais pela polícia militar e à prisão de 152 estudantes. No dia trinta deste mês os alunos da Universidade do Brasil decidiram entrar em greve pela libertação dos estudantes presos e pelo fim das punições nas universidades.

Junho foi o mês mais violento na repressão às manifestações de rua. Terminada a greve na Universidade do Brasil, recomeçaram as passeatas, sempre combatidas pela polícia. O *Correio da Manhã* de 20 de junho registrou com 15 fotografias as violências cometidas pela polícia contra uma manifestação estudantil. Esta manifestação, realizada no dia anterior, no pátio do Ministério da Educação e Cultura, teve a sua divulgação proibida no rádio e na televisão, o que levou os estudantes das universidades públicas a se reunirem no anfiteatro do campus da Universidade do Brasil, no dia vinte. No início da tarde e durante a assembléia o campus foi inteiramente cercado pela polícia militar e agentes do DOPS. Apesar de negociações que envolveram até o governador Negrão de Lima, os estudantes foram perseguidos ao saí-

rem do campus e muitos deles foram agredidos e presos.

A edição de 21 de junho publicou vinte fotografias impressionantes da violência contra os estudantes. Duas delas ocuparam praticamente toda a primeira página e as outras foram divididas em diversas páginas. Rubens Seixas, Osmar Galo, Milton dos Santos e Sebastião Marinho fizeram a cobertura e tiveram seus nomes publicados como equipe fotográfica. Esta prática pioneira passou a existir, desde então, em todas as grandes coberturas fotográficas do *Correio da Manhã*.

Os estudantes que não foram presos na praia Vermelha mobilizaram seus colegas para uma grande manifestação de protesto na avenida Rio Branco para o dia 21 de junho, uma sexta-feira. Este dia ficou conhecido na história do movimento estudantil como a Sexta-Feira Sangrenta. O *Correio da Manhã* escalou oito fotógrafos para cobrir esta manifestação, pois havia sido informado de que os estudantes revidariam prontamente qualquer violência sofrida. Durante todo o dia e até às 20:00 h, o que se viu no centro da cidade foi uma verdadeira batalha campal, com tiros e bombas de gás lacrimogêneo por todos os lados. Ao cair da noite, Rubens Seixas flagrava o espancamento de um estudante por um grupo de policiais, quando o flash de sua máquina denunciou sua presença. Tentou fugir, mas foi cercado e barbaramente espancado pelos policiais, além de ter sua câmera destruída. Esta cena se passou na aveni-

da Rio Branco, em frente ao prédio onde funcionava o *Jornal do Brasil*, de onde um fotógrafo do jornal fez o registro da agressão. Além de Rubens, outros dois fotógrafos também foram espancados.¹⁰ O saldo deste campo de batalha foi mais de mil presos, dezenas de feridos e, pelo menos, quatro mortos, sendo três civis e um militar. Dos civis, todos mortos à bala, um era estudante e os outros dois trabalhadores solidários à manifestação. O militar era um soldado da PM que faleceu ao ser colhido por um balde de cimento na cabeça, atirado do alto de um prédio por um operário revoltado.

O *Correio da Manhã* divulgou as notícias sobre a Sexta-Feira Sangrenta na edição do dia seguinte, com a publicação de 39 fotografias espalhadas em várias páginas que aumentaram consideravelmente o tamanho do primeiro caderno. Nesta edição, como em várias outras semelhantes, a cobertura fotográfica das manifestações invadia também as páginas do segundo caderno, tradicionalmente dedicado à cultura e ao esporte. Das fotografias publicadas, três denunciavam o espancamento de Rubens Seixas, cedidas pelo *Jornal do Brasil*.¹¹

Este novo massacre foi a gota d'água para a organização da primeira grande passeata contra o regime militar, realizada em 26 de junho, e que ficou conhecida como a Passeata dos Cem Mil. O *Correio da Manhã* destacou o fato com 23 fotografias publicadas na edição do dia 27, estampando na primeira página uma foto da

multidão na Candelária, em plano geral, tirada com uma lente grande-angular especial conhecida como 'olho-de-peixe'.

Apesar de não ter havido graves conflitos com a polícia durante esta manifestação, o ministro da Justiça Gama e Silva proibiu, definitivamente, as passeatas em todo o Brasil. O regime respondia com endurecimento político a cada tentativa de diálogo ou questionamento feito pela sociedade civil organizada. A pressão cada vez maior da 'linha dura', reforçada pelo crescimento da ação das organizações políticas de esquerda, levava o governo federal a ser inflexível nas negociações em sua política institucional e no atendimento às demandas sociais.

Mas ainda havia espaço para a denúncia. O contato direto entre o *Correio da Manhã* e o movimento estudantil fazia com que seus fotógrafos estivessem sempre no lugar certo e na hora exata para registrar, muitas vezes com exclusividade, suas manifestações. Além disso, mesmo durante as passeatas, protestos e violências policiais, os estudantes se aproximavam dos fotógrafos e lhes informavam onde seriam os próximos atos ou comícios-relâmpago. Esta prática provocou a desconfiança dos comandantes das tropas militares, pois sempre que chegavam a um local para reprimir e desbaratar uma manifestação estudantil, lá encontravam também os fotógrafos do *Correio da Manhã*. Eles passaram então a ser ostensivamente perseguidos pelas tropas, uma vez que pretendiam descobrir as mano-

bras de ação e despistamento dos estudantes. Os fotógrafos foram obrigados a desorientar seus perseguidores para que pudessem trabalhar sem causar prejuízos às ações estudantis.¹²

No entanto, uma questão deve ser colocada: o que levava estes fotógrafos a arriscar suas próprias vidas no exercício de sua profissão? Em seus depoimentos afirmam que, ao contrário de vários repórteres da redação, não tinham ligação direta com organizações políticas. Tinham consciência do caráter autoritário e excludente do regime militar e sabiam da importância em denunciá-lo, mesmo sofrendo dura repressão no exercício de suas atividades profissionais. Motivações políticas, mesmo que difusas, não são suficientes, portanto, para explicar o comportamento e a postura desses fotógrafos. Em situações que apresentavam risco de vida, eles poderiam voltar à redação e dizer que não havia sido possível tirar foto alguma. O desprestígio profissional temporário seria um problema menor. O que motivava esses fotógrafos não era também a cobrança de seus superiores. Era, sobretudo, a motivação de realizar um trabalho bem feito, conseguir reter aqueles momentos únicos e efêmeros em que a síntese de fatos jornalísticos se materializa diante da lente de uma câmera fotográfica, registrando acontecimentos que, de outra maneira, seriam ignorados ou desmentidos pelas devidas autoridades do governo.

Os fotógrafos também sabiam da impor-

tância de seu trabalho e que uma fotografia poderia desmascarar a versão dos fatos emitida por um general, um governador ou até mesmo um presidente da República. As câmeras de cinema que registrassem a violência do regime não teriam suas imagens exibidas em nenhum cinema ou canal de televisão, pois estes já vinham sendo censurados desde o golpe militar. Naquele período era apenas e tão somente a imagem fotográfica, difundida pelos jornais e revistas, que poderia divulgar incontestavelmente a imagem da repressão militar. Sem a fotografia de imprensa, todas as arbitrariedades cometidas seriam desmentidas pelas fontes oficiais e classificadas como informações falsas ou deturpadas de uma imprensa infiltrada de criptocomunistas.

Pelas mesmas razões, os fotógrafos de imprensa também estavam cientes dos riscos de vida que corriam. Sabiam que eram muito mais visados pela polícia do que os demais repórteres. Alguns preferiam não correr estes riscos e faziam uma crítica a si mesmos, à qual somava-se a censura da redação de seu jornal e a censura tácita ou expressa, mas até então sempre oficiosa, do regime. Mas não era esta a posição de muitos outros fotógrafos nem da equipe fotográfica do *Correio da Manhã*, que contava com a já mencionada liberdade de ação e o apoio e reconhecimento dos editores e redatores. A certeza de que um bom material seria bem aproveitado estimulava a iniciativa destes fotógrafos e os fazia correr muitos riscos.¹³

Além destes perigos, havia em 1968 o risco da falência pura e simples do *Correio da Manhã*. A partir do momento em que

se colocou na oposição ao regime, o diário foi boicotado pelos governos federal e estadual, que deixaram de publicar em



21 de junho de 1968.

suas páginas matérias pagas e publicidade. Grandes e médios anunciantes, incentivados pela conjuntura política, passaram a fazer o mesmo. O alívio financeiro proporcionado por um empréstimo contraído junto ao Banco de Boston em 1964 já tinha se esgotado e a publicidade das grandes agências era cada vez mais escassa.

Era muito duro para a direção do jornal ver, por um lado, todas as suas edições se esgotarem nas bancas e, por outro, constatar que este sucesso de vendas e público afundava cada vez mais as finanças da empresa. Como o que sustentava o *Correio da Manhã* e qualquer outra grande empresa jornalística não era a circulação e venda de seu produto, mas a verba obtida com a veiculação da publicidade, sobretudo da oriunda das grandes agências, vinculadas ou controladas, na sua maioria, pelo capital estrangeiro, alguns diretores, sobretudo Nelson Batista, pressionavam Niomar para que ela atenuasse a linha oposicionista do jornal e se livrasse de alguns jornalistas notoriamente esquerdistas e outros que tinham a habilidade de incomodar profundamente as forças armadas. Peri Cota, que se enquadrava nesta segunda categoria, testemunha que Niomar Muniz Sodré Bittencourt resistiu a todas as pressões e manteve o jornal na mesma linha, preservando a independência da redação em relação às posturas pessoais dos diretores e editorialistas.

O próprio Peri protagonizou um caso onde

esta independência foi posta à prova quando começou a receber, na redação e em sua casa, documentos enviados por um graduado oficial do Ministério da Aeronáutica, que revelavam e comprovavam aí a existência de uma grande crise interna iniciada em abril daquele ano, envolvendo o chefe de gabinete do ministro. No *Correio da Manhã*, este episódio chamou-se 'Operação Mata-Estudante'. Mais tarde, este episódio ficou conhecido como 'O Caso Para-Sar'. Tudo começou quando alguns oficiais da Aeronáutica se recusaram a participar de ações terroristas de repressão e assassinato de opositoristas ao regime e as notícias desta insubordinação foram parar além dos muros dos quartéis. No dia 1º de outubro, o deputado Maurílio Ferreira Lima, do Movimento Democrático Brasileiro - MDB de Pernambuco, denunciou o caso num discurso na Câmara dos Deputados. Dois dias depois, o ministro da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo, desmentiu a acusação, mas vinte oficiais do Para-Sar a confirmaram. Peri sabia que tinha em mãos informações e documentos que também ratificariam as denúncias. No dia seguinte, o *Correio da Manhã* começou a publicar uma série de matérias sobre a 'Operação Mata-Estudante', e a cada pronunciamento oficial questionando as informações apresentadas pelo jornal, Peri publicava trechos dos documentos que confirmavam o que tinha sido escrito. Foi o único jornal da grande imprensa brasileira que levou adiante as denúncias sobre o caso e as trouxe para o grande pú-

blico. Tanto o *Correio da Manhã* quanto Peri Cota pagariam logo muito caro por isso.¹⁴

Durante todo o mês de outubro a violência campeou Brasil afora. Mais de setecentos estudantes foram presos no Congresso da UNE, em Ibiúna. Passeatas em protesto pipocaram em todas as capitais, deixando vários estudantes feridos à bala. O movimento estudantil da Guanabara marcou para o dia 22 de outubro o seu dia estadual de protesto. Em Vila Isabel, em frente ao hospital Pedro Ernesto, da Universidade do Estado da Guanabara - UEG, estudantes promoviam ato público. Após a luta entre pedras e fuzis, o triste resultado: um estudante morto com uma bala no crânio, seis outros feridos à bala e inúmeros presos. De imediato, a polícia e o DOPS negaram a autoria do assassinato e dos ferimentos à bala, alegando que só haviam feito disparos de advertência para cima. A edição do dia 23 de outubro do *Correio da Manhã* desmentiu mais uma vez a versão oficial. Das 9 fotografias publicadas sobre o ataque policial, uma delas mostrava um agente do DOPS empunhando sua pistola e atirando para frente, na direção dos estudantes. Teria sido este o disparo responsável pelo assassinato.¹⁵

O mês de novembro começou com rumores cada vez mais fortes de um endurecimento político drástico, com o possível fechamento do Congresso. Haveria um ato institucional já elaborado desde julho, à

espera apenas do momento adequado para entrar em vigor. Tudo indicava este desfecho. A insatisfação generalizada com o regime pôde ser percebida pela adesão que os movimentos estudantil e sindical tiveram da classe média e de setores insuspeitos até então, como a Igreja. Por outro lado, o arcabouço jurídico estruturado pelo governo mostrou-se insuficiente para coibir ações oposicionistas cada vez mais amplas e contundentes. Isto demonstrou a incapacidade do regime em se legitimar enquanto poder revolucionário, assim como em seguir a própria legalidade que promulgou.¹⁶

A fatalidade uniu o destino do *Correio da Manhã* ao dos rumos da política nacional. Isto porque o pretexto escolhido para o fechamento total do regime tinha dois nomes: Hermano Alves e Márcio Moreira Alves. O primeiro continuava publicando e assinando seus artigos no *Correio da Manhã*. O segundo havia deixado a vida de jornalista do mesmo jornal e dedicava-se exclusivamente à atividade parlamentar. Ambos eram importantes representantes oposicionistas e incomodavam bastante o regime, que resolveu pedir as suas cabeças. Queriam enquadrar Hermano na Lei de Segurança Nacional por seus artigos assinados no *Correio da Manhã*. Sua imunidade parlamentar era um empecilho, pelo menos provisório. Queriam também processar Márcio Moreira Alves em função de um discurso que proferira na Câmara dos Deputados, instando a população em geral a boicotar os desfiles militares no 7 de setembro, e

sugerindo que as mulheres em particular se recusassem a namorar militares que colaborassem com a repressão. Destes dois pretextos, o regime preferiu insistir no segundo, por sua carga emotiva que feria mais de perto os brios militares. Como estava em vigor a Constituição de 1967, o Poder Executivo não podia mais simplesmente cassar mandatos. A saída para punir Márcio Moreira Alves era a autorização do Congresso para processá-lo. Mas o regime procurava silenciar as falas dos descontentes também de outras maneiras. No dia 7 de dezembro houve dois atentados à bomba no Rio de Janeiro. O primeiro, realizado por um grupo terrorista no diretório acadêmico do curso de medicina da UEG. Quase à mesma hora, integrantes do mesmo grupo explodiram uma bomba na agência de classificados do *Correio da Manhã* no Edifício Marquês do Herval, na esquina das avenidas Rio Branco e Almirante Barroso, no centro do Rio de Janeiro. Foi a explosão mais potente acontecida num atentado terrorista desde 1964, abrindo uma cratera de mais de um metro de diâmetro no piso de uma loja. Só não houve mortes porque a explosão aconteceu de madrugada numa região que, a esta hora, ficava completamente deserta. Estas e várias outras ações terroristas foram realizadas por um grupo paramilitar que se denominava *Grupo Secreto*, formado por oficiais do Centro de Informações do Exército e outros militares e civis simpatizantes do anticomunismo. A razão imediata para os atentados deste dia era torpe: livrar-se da

grande quantidade de explosivos que estava perecendo nos depósitos do grupo.¹⁷ O editorial do dia 8 de dezembro, escrito por Franklin de Oliveira, chamou-se '*O responsável*'. Nele, o *Correio da Manhã* imputava diretamente ao presidente Costa e Silva a responsabilidade por este e todos os outros atentados terroristas havidos em seu governo e que não haviam sido devidamente investigados nem desvendados. A mesma edição publicou também oito fotografias sobre o atentado.

AI-5: O ATO FINAL

Em 12 de dezembro, o Congresso negou a autorização para processar Márcio Moreira Alves. No dia seguinte foi editado o Ato Institucional nº 5 e a redação do *Correio da Manhã* foi invadida por policiais militares e agentes do DOPS. Na mesma noite uma equipe de censores formada por 11 oficiais do Exército se instalou na redação. Era a censura prévia, que perduraria no jornal até o dia seis de janeiro.

Até o AI-5, a censura oficial instaurada pelo regime militar em 1964 era política, mas também visava a moral e os bons costumes. Era exercida pelo Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça, através de sua Divisão de Censura das Diversões Públicas. Este órgão trabalhava sobretudo na área de espetáculos musicais, teatrais, radiofônicos, cinematográficos e televisivos, mas não diretamente na área jornalística. A censura às informações

jornalísticas era exercida por setores da Polícia Federal e de outros órgãos públicos de maneira oficiosa e subterrânea.¹⁸

A edição de 14 de dezembro do *Correio da Manhã* já circulou devidamente censurada, mas a primeira página deixou passar uma crítica velada ao novo ato em duas fotografias. Numa se vê Costa e Silva numa cerimônia militar, de cabeça caída, e tendo o peso visual de uma fileira de militares à suas costas. Na outra, aparece o ministro Gama e Silva momentos antes da leitura do texto do AI-5, com a mão cobrindo o rosto.

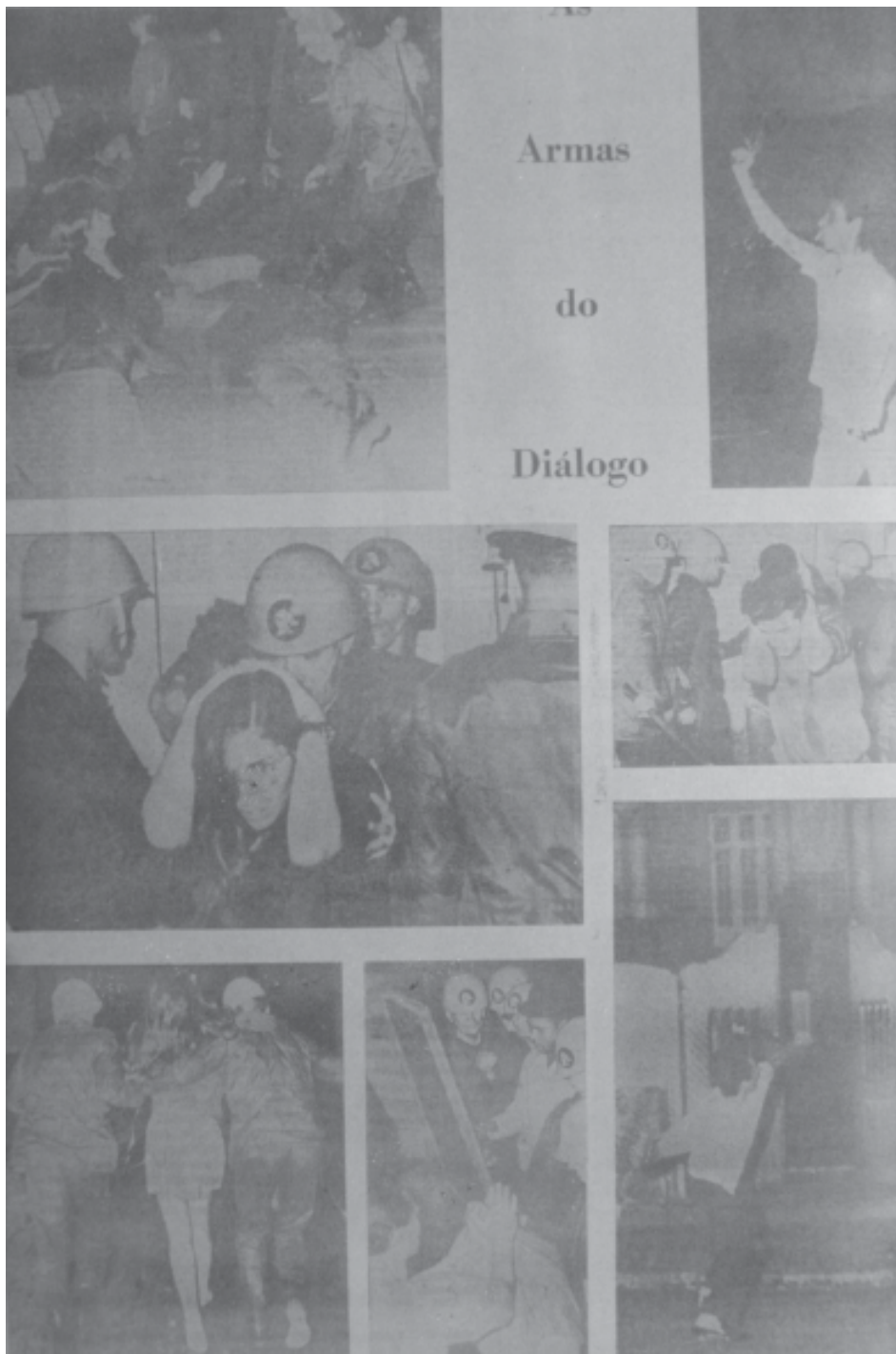
O fim do ano marcou também o fim de um glorioso período para o *Correio da Manhã*. Com o AI-5 editado por prazo indeterminado, instaurou-se a censura prévia, fechou-se o Congresso Nacional, e o poder passou a se concentrar totalmente nas mãos do Executivo. Foi um baque fatal e o início de um longo golpe de misericórdia em um jornal que começava a agonizar. O ano de 1969 começou sob o signo da censura prévia. Enquanto esta durou, a publicação, pelo *Correio da Manhã*, das duas fotografias já mencionadas, foram as únicas maneiras de demonstrar a insatisfação com o regime. No dia 6 de janeiro, a censura prévia no jornal terminou e Niomar ordenou que na edição do dia seguinte todas as matérias que haviam sido censuradas fossem finalmente publicadas, encimadas pela manchete: 'Abolida a censura à imprensa'. A edição foi apreendida antes de chegar às bancas e, no mesmo dia, foram presos

Niomar e os diretores Osvaldo Peralva e Nelson Batista.¹⁹

Começou assim o período mais negro para o *Correio da Manhã*. Crises internas, demissões de jornalistas, dentre os quais Peri Cota, a fuga quase total de anunciantes e mesmo de muitos assinantes, e o inevitável abrandamento na linha política do jornal. O número de páginas das edições diminuiu, com a transferência da seção de esportes do segundo caderno para a última página do primeiro caderno. Diminuiu também drasticamente o número de fotografias sobre assuntos políticos. O jornal viu-se obrigado a interromper as críticas ao regime por duas fortes razões — recebia, todos os dias, telefonemas e cartas dos órgãos de segurança e de outros gabinetes de autoridades militares que determinavam a proibição da publicação de textos e fotografias sobre os mais diversos assuntos. Além disso, na vigência do AI-5, com três diretores presos e grandes dificuldades financeiras, manter a mesma linha oposicionista equivaleria a pedir o fechamento do jornal. Assim, as eventuais críticas eram parcimoniosas e sempre setoriais, direcionadas para a política econômica ou as relações internacionais. Em relação ao fotojornalismo, desapareceram completamente as fotografias que denunciavam as violências e arbitrariedades do regime. As poucas vezes em que a fotografia de imprensa conseguia questionar o poder militar, o fazia com ironia e sarcasmo, retratando o presidente da República ou outra autoridade civil ou militar de forma

inusitada, atípica ou desconcertante. A Justiça Militar, baseada na Lei de Segurança Nacional, ordenou, ainda, o fecha-

mento da sede e de todas as agências do *Correio da Manhã* e a suspensão de sua circulação por cinco dias, de 27 de feve-



21 de junho de 1968.

reiro a 3 de março. Em 11 de março, o *Correio da Manhã* acionou a Justiça com um pedido de concordata preventiva. A situação financeira do jornal tornou-se crítica. No fim do mês, Niomar conseguiu sua liberdade através de um habeas-corpus, após 72 dias de prisão, mas continuou respondendo a processo pela Lei de Segurança Nacional. Em 29 de março, junto com outras 106 pessoas, teve seus direitos políticos cassados.²⁰

Neste momento, Erno Schneider é convidado a ir para *O Globo*. Adiou sua transferência o máximo que pôde e a condicionou à autorização para levar consigo outros cinco fotógrafos de sua equipe. Roberto Marinho aceitou a condição. Em julho, Erno conversou com Niomar, que já negociava o arrendamento do jornal. Percebendo a boa oportunidade de emprego que se oferecia a Erno e aos outros fotógrafos, ela concordou com sua saída.²¹

Niomar firmou um contrato de arrendamento por um prazo de quatro anos e cinco meses com a Companhia Metropolitana, poderosa empreiteira comandada por Maurício Nunes de Alencar — irmão do então advogado Marcelo Alencar — e Frederico Gomes da Silva. Estes empresários estavam interessados em articular a campanha do então ministro dos Transportes, Mário Andreazza, para a sucessão de Costa e Silva. A transferência do controle do jornal se efetivou em 11 de setembro de 1969.²²

Dias antes aconteceu um imprevisto. Uma

trombose acometeu o presidente Costa e Silva em 28 de agosto e terminou por afastá-lo definitivamente de seu cargo, o que inviabilizou os planos eleitorais dos empreiteiros. Mas estes se utilizaram do jornal para obter favores políticos e contratos com o governo. Desde seu arrendamento, portanto, o *Correio da Manhã* passou a prestar apoio incondicional ao regime militar, posição que se manteve até a falência do jornal, em 1974.

Durante este período, a nova direção procurou reformular também o aspecto gráfico do jornal, contratando profissionais importantes, como Reinaldo Jardim, que tinha participado da reforma gráfica do *Jornal do Brasil*. Mas com o passar do tempo, a nova administração deixou de cumprir suas obrigações contratuais com Niomar, não conseguindo conquistar um novo espaço junto ao leitor, desorientando-se administrativamente e entrando em crise financeira. Assim, a última edição do *Correio da Manhã* circulou no dia 8 de julho de 1974, com apenas oito páginas e uma tiragem de três mil exemplares. Ao reaver o jornal, Niomar ainda tentou recuperar o prejuízo proporcionado pela má administração da empresa, mas as dívidas eram muitas. Em 1975 foi decretada a falência do *Correio da Manhã* e seus bens foram leiloados.²³

No entanto, o *Correio da Manhã* deixou traços materiais de sua história. Uma coleção completa do jornal, o arquivo fotográfico e o arquivo de textos foram arrematados pelo jornalista e empresário

Fernando Gasparian. Posteriormente, a coleção foi doada ao Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade de Campinas. O arquivo fotográfico, composto de reproduções em papel e negativos fotográficos foi doado, em 1991, ao Arquivo Nacional e está à disposição dos pesquisadores. O arquivo de texto, composto sobretudo por recortes de outros jornais e demais periódicos foi doada à mesma instituição, mas está ainda em fase de tratamento arquivístico. Existe ainda uma outra coleção completa do jornal na Biblioteca Nacional.

CONCLUSÃO

O regime militar teve, desde o início de sua implantação, uma grande dificuldade em definir suas formas de legitimidade, que não deveriam passar apenas pelo arcabouço legal.²⁴ Neste sentido, o apoio da imprensa era fundamental para que o discurso ideológico da nova ordem, calcado nos ditames da doutrina de segurança nacional, fosse efetivo e alcançasse a hegemonia na condução política e econômica nacional. Daí, a perseguição implacável ao *Correio da Manhã*. É evidente que o discurso oposicionista deste jornal não se estabeleceu apenas no seu fotojornalismo. Tampouco foi a política nacional o único campo onde brilharam a competência e a ousadia de seus fotógrafos. Mas, com certeza, foi denunciando as mazelas do regime e ridicularizando suas figuras que estes repórteres fotográficos mais se realizaram profissionalmente. Da

mesma forma, foi através do fotojornalismo que o *Correio da Manhã* conseguiu, muitas vezes, desmascarar o manto de hipocrisia e mentiras dos donos do poder.

Esta experiência do *Correio da Manhã* nos leva inevitavelmente à uma reflexão sobre a utilização do fotojornalismo como fonte histórica. A parcela de realidade representada na fotografia de imprensa possui grande valor documental, não apenas pelo que ficou registrado de cenas passadas, mas também pelo que se pode apreender do processo de seleção e apresentação dos fatos que se tornaram notícia na forma de imagem fotográfica. Ao escolher as imagens produzidas que serão apresentadas ao público leitor e determinar a maneira de apresentá-las, o fotojornalismo transmite visões de mundo representativas de sua época e condizentes com os interesses dos grupos sociais aos quais está ligado. Isto evidencia a sua importância, enquanto atividade e linguagem, na construção do conhecimento histórico do mundo contemporâneo.²⁵ Além disso, a repercussão provocada por determinada fotografia, quando amplamente veiculada pela mídia impressa, pode transformá-la, além de fonte, em verdadeiro agente histórico.

Este artigo é uma versão modificada do segundo capítulo de minha dissertação de mestrado intitulada *Imagens subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã*

(1964-1969), defendida em 1996 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal

Fluminense e orientada pela professora doutora Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus.

N O T A S

1. Depoimento de Rubens Seixas ao autor.
2. Carlos Eduardo Leal e Dora Flaksman, "Correio da Manhã", em *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense Universitária-CPDOC/FGV, 1984, v. 2, pp. 945-951.
3. Depoimento de Carlos Heitor Coni ao autor.
4. Depoimento de Erno Schneider ao autor.
5. Depoimento de José Artur Poerner ao autor.
6. Para maiores informações sobre a trajetória dos fotógrafos nas revistas ilustradas, ver Nadja Peregrino, *O Cruzeiro: a revolução na fotorreportagem*, Rio de Janeiro, Livraria Dazibao, 1991.
7. Depoimentos de Sebastião Marinho e Rubens Seixas ao autor.
8. Depoimentos de Rubens Seixas, Manuel Gomes da Costa e Rodolfo Machado.
9. Depoimento de Peri Cota ao autor.
10. Depoimento de Rubens Seixas ao autor.
11. Idem.
12. Depoimentos de Rodolfo Machado e Rubens Seixas ao autor.
13. Depoimentos de Osmar Galo, Sebastião Marinho, Rodolfo Machado e Rubens Seixas ao autor.
14. Depoimento de Peri Cota ao autor. Para maiores detalhes, ver Peri Cota, *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*, São Paulo, Editora Bertrand Brasil, 1997.
15. Depoimento de Erno Schneider ao autor.
16. Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1984, p. 136.
17. José A. Argolo, Kátia Ribeiro e Luís Alberto M. Fortunato, *A direita explosiva no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Mauad, 1996, p. 259.
18. Paulo Marconi, *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*, São Paulo, Editora Global, 1980, pp. 37-62.
19. Jeferson de Andrade, *Um jornal assassinado*, Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1991, p. 225.
20. Idem, pp. 42-46.
21. Depoimento de Erno Schneider ao autor.
22. Andrade, op. cit., p. 233.
23. Leal, op. cit., pp. 150-151.
24. Sônia Regina de Mendonça e Virginia Maria Fontes, *História do Brasil recente (1964-1980)*, São Paulo, Editora Ática, 1991, p. 42.
25. Sobre a utilização da fotografia como fonte histórica e a elaboração de uma metodologia histórico-semiótica de análise de imagens fotográficas, ver Ana Maria Mauad de Sousa Andrade, *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*, tese de doutorado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990.

A B S T R A C T

In 1968, *Correio da Manhã* was one of the strongest voices against the military dictatorship, being as well a mandatory reference for readers looking for a critical view of Brazil at that time. This paper describes how the language and practices applied by its team of photographers played a decisive role in the building of what probably was, during that year, the firmest and most vigorous discourse of contention within the sphere of the national, daily press.

R É S U M É

En 1968, le journal *Correio da Manhã* se manifestait comme une des principaux voix d'opposition au régime militaire et une référence obligée pour tous les lecteurs à la recherche d'une vision critique du Brésil à cette époque. Cet article décrit comment le travail technique et le langage utilisés par l'équipe photographique de ce journal ont contribué de manière décisive, pendant cette année, à la construction d'un discours qui a été, peut-être, le plus fort et le plus ferme de la grande presse quotidienne nationale.